

TENDÊNCIAS DA DEMOGRAFIA MINEIRA NO SÉCULO XIX: A ESTRUTURA POPULACIONAL DA VILA DE RIO PARDO¹

Edneila Rodrigues Chaves²

RESUMO

Na década de 1830, o mapeamento da população da província mineira foi medida importante na conjuntura político-administrativa de atendimento das demandas populacionais e administrativas. Os primeiros dados sobre a população do termo de Rio Pardo foram produzidos neste contexto de conhecimento demográfico. Neste artigo, analiso a composição da população livre e escrava riopardense, cujos suportes documentais são o mapa de população do termo de 1833, a lista nominativa de 1840, processos de inventários *post mortem* e processos-crime. São verificadas tendências demográficas no termo, que caracterizam o norte mineiro, com também tendências que refletem a dinâmica demográfica mineira mais geral.

Palavras-chave: população – Minas Gerais – Rio Pardo – século XIX

Sessão Temática:

História econômica e demografia histórica: H6 – Dinâmica da demografia mineira:
do século XIX ao início do século XX

¹ Este artigo é parte da dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais em 2004. Cf. CHAVES, Edneila Rodrigues. *O sertão de Rio Pardo*.

² Mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais e doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense. E.mail: edneila21@hotmail.com.

Tendências da demografia mineira no século XIX: a estrutura populacional da vila de Rio Pardo

O termo de Rio Pardo se localizava na região norte mineira, que ascendeu economicamente em fins do século XVIII, reafirmando-se na nova estrutura econômica que se instalava na capitania. Na rede de comércio que Minas estabeleceu com Bahia e Pernambuco, o norte mineiro foi área geográfica estrategicamente favorável à ligação dessas capitanias. Em Rio Pardo, havia um posto de fiscalização da importação e exportação de produtos. Essa localidade se tornou importante na constituição das correntes de migração, das redes de comunicação e de comércio nessa porção territorial brasileira.

De tempos antigos, Rio Pardo se constituiu como uma das primeiras vilas da região, de inegável importância histórica. A administração local foi fundamental para o governo provincial viabilizar a administração no território, distante do circuito da capital em Ouro Preto. O distrito de Rio Pardo, que pertencia ao termo de Minas Novas, foi elevado à categoria de vila em 1831, com a criação do termo da vila de Nossa Senhora da Conceição do Rio Pardo.

1 Fontes: o mapa de população e a lista nominativa

A composição da população do termo de Rio Pardo é aqui analisada a partir de um mapa de população de 1833 e de uma lista nominativa dos habitantes da vila de Rio Pardo de 1840.³ Outras fontes utilizadas são processos de inventário *post mortem* e processos-crime.⁴ Nesta época, o termo de Rio Pardo era composto de sete distritos: Nossa Senhora da Oliveira, Rio Pardo, Rio Preto, Santo Antônio da Barra do Itinga, Santo Antônio das Salinas, São João e São Miguel.

A década de 1830 se insere na fase pré-censitária da demografia histórica brasileira, na qual os dados estatísticos são esparsos e estimativos.⁵ Na conjuntura político-administrativa desse período, o mapeamento da população da província mineira havia assumido importância especial. O interesse em visualizar a população de forma organizada revelou-se na fala do presidente da província em 1831. Ele lamentou não possuir informações sobre a população do território, o que embarçava a administração e retardava o conhecimento dos fatos e a tomada de medidas.⁶ Esse exercício de controle sobre a população consistia em tática de governamentalidade do Estado brasileiro. Tratando-se de Minas, foram crescentes as exigências para a construção de vias de acesso para a circulação de pessoas e para o atendimento de outras demandas populacionais, que estavam aliadas às da administração, como a necessidade de arrecadar impostos.

Na Assembléia Legislativa Provincial, a primeira lei sobre o levantamento de dados populacionais é de 1836, com a determinação de que o arrolamento geral de todos os habitantes da província mineira fosse realizado a cada dez anos. Entretanto, antes dessa data já havia ações do governo provincial voltadas para a realização de um levantamento populacional. A estatística

³ APM. PP 1.10, rolo 09, cx 22, doc. 05, 1833; APM. PP 1.10, rolo 02, cx. 04, doc. 02, 1840.

⁴ AFCRPM. Processos de inventário *post mortem*. Maços 05-10, 1833-1842 e maços 23-30, 1861-1870; AFCRPM. Processos-crime. Maços 1833-1842 e maços 1861-1870.

⁵ A demografia histórica brasileira é dividida em duas fases: a pré-censitária, que abrange o início do período colonial até o recenseamento de 1872, e a censitária, depois de 1872, quando se passa a realizar os censos nacionais. Cf. PAIVA, Clotilde; CARVALHO, José; LEITE, Valéria. *Estatísticas históricas do Brasil*, p. 19-29.

⁶ RELATÓRIO do Presidente da Província de Minas Gerais, 1831 *apud* DUARTE, Regina Horta. *Noites circenses*, p. 51.

tornava-se, então, o principal instrumento técnico para a aquisição de conhecimento sobre a população, que, sendo alvo do Estado, precisava ser focalizada e quantificada.⁷

As iniciativas censitárias do período faziam parte de um conjunto de medidas racionalizadoras, pretendidas pelo Estado. Assim, é oportuno salientar que os documentos produzidos sob a orientação do governo provincial informam sobre as sociedades a que se referem a partir do olhar específico do recenseador, que poderia ter registrado apenas os dados por ele considerados importantes. Datam dessa época inúmeros ofícios e portarias dos presidentes exigindo dos juízes de paz listas nominativas de habitantes, mapas de população, lista de eleitores, listas de indivíduos aptos para o recrutamento militar, listas de casas de negócio e de proprietários de engenhos, dentre outros documentos. No entanto, diante dos poucos recursos financeiros disponíveis aos órgãos públicos, a viabilidade das medidas propostas, como o censo provincial, ficava comprometida.

As dificuldades para o levantamento dos dados populacionais nos distritos, assim como as precárias condições de sua realização, eram registradas nos relatórios presidenciais. Os presidentes se queixavam dos juízes, que não enviavam os dados, permanecendo incompletas as informações sobre a população.⁸ A morosidade no cumprimento da tarefa, porém, não se restringia apenas à ineficiência dos juízes. A mudança administrativa determinada pela Constituição de 1824 ainda estava em andamento e nem mesmo na presidência se sabia quantos distritos existiam. Os termos foram divididos pelas câmaras em vários distritos. Em 1835, o presidente Antônio Paulino de Abreu supunha que a província tinha perto de 420 distritos, não possuindo informações precisas.⁹

O decreto de 17 de julho, de 1832, incumbia aos juízes de paz dos distritos o preenchimento de um mapa de população padrão, fornecido e impresso pelo governo. Por meio do mapa, os juízes deveriam enviar à presidência informações sobre os habitantes relativas à cor, se branca, parda ou preta; à condição, se livre ou escrava; ao estado, se casado ou solteiro; e ao gênero, se homem ou mulher. Os indivíduos foram arrolados por faixas etárias: até 15 anos, entre 15 e 30 anos, entre 30 e 60 anos e com 60 ou mais. Existem no APM 330 mapas de população referentes a 330 distritos, com datas variando entre 1833 e 1835. Os mapas apresentavam os dados numéricos já tabulados para as variáveis abordadas nas listas nominativas. Havia na província 416 distritos no período. Portanto, 86 juízes deixaram de enviar os mapas.¹⁰

Tratando-se das listas nominativas, existem duas séries para a década de 1830: uma de 1831-1832 e outra de 1838-1840. As listas da primeira série foram elaboradas em resposta ao ofício do presidente Manoel de Mello e Souza, enviado aos juízes de paz em 1831. Totalizando 231, as listas representaram 53% dos distritos existentes no primeiro período. Já as de 1838-1840 foram elaboradas por determinação do presidente Bernardo Jacinto da Veiga. Nesse último período, foram enviadas para a presidência 160 listas nominativas.¹¹ Em outras províncias, as listas eram anuais, como é o caso de São Paulo. Já em Minas, só constam ou só se conservaram algumas séries. Entre a década de 1830 e o recenseamento de 1872, as listas constituem a única documentação que oferece informações detalhadas sobre a população mineira do período.

A lista do distrito de Rio Pardo pertence à segunda série de listas, sendo datada de 1840. Nela foram registrados os nomes dos habitantes, com informações sobre idade, estado, qualidade,

⁷ Cf. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*, p. 288-291.

⁸ Cf. DUARTE, Regina Horta. *Noites circenses*, p. 52; MARTINS, Maria do Carmo Salazar. *História quantitativa e serial no Brasil*, p. 189.

⁹ Cf. MARTINS, Maria do Carmo Salazar. *História quantitativa e serial no Brasil*, p. 190.

¹⁰ Cf. MARTINS, Maria do Carmo Salazar. *História quantitativa e serial no Brasil*, p. 192.

¹¹ Cf. MARTINS, Maria do Carmo Salazar. *História quantitativa e serial no Brasil*, p. 191-193.

se sabia ler e ofício. O arrolamento individual permite a identificação dos sexos. Os habitantes, cujas características aqui interessa conhecer, foram listados por fogos, em um total de 291 no distrito.¹² É na categoria fogo que estão apresentados todos os dados sobre os indivíduos.

No Brasil, um grande número de estudiosos trabalha com o conceito de fogo. Para alguns autores, tanto na sociedade europeia quanto na brasileira dos séculos passados, o termo fogo era sinônimo de família e de domicílio. Já outros consideram fogo e família como categorias diferenciadas.¹³ Na língua portuguesa, no século XIX, fogo era o termo utilizado para referir-se a domicílio. No caso das listas nominativas mineiras, fogo era a designação mais comumente utilizada. No entanto, quando ocorreu substituição foi pelo termo família. Os ofícios encaminhados aos juizes faziam referência a ambos os termos.¹⁴ Na lista de Rio Pardo, por sua vez, foi utilizado o termo fogo.

Nos fogos estavam listados os nomes dos chefes, das esposas (quando era o caso), dos filhos, dos escravos e dos agregados, como também de outras pessoas cujas relações de parentesco e de trabalho, por vezes, não eram referidas. Assim, o fogo pode ser entendido como uma unidade doméstica. São ricos os dados da população escrava, para a qual foram fornecidas as mesmas informações que constam para o segmento livre. O mesmo não ocorre para a população forra, por ter sido arrolada junto com a livre.

2 A população na década de 1830

2.1 Condição

O termo de Rio Pardo situava-se na região de Minas Novas, considerada de nível de baixo desenvolvimento. (FIG. 1).¹⁵ Sua população, totalizando 9.540 pessoas, era composta de 77,36 % de indivíduos livres e de 22,64% de escravos, cujos percentuais revelam uma população de expressiva predominância do segmento livre (TAB. 1).¹⁶ Esses dados estão em sintonia com outros mais gerais para a província no século XIX, relativos à distribuição da população mineira por condição. Em Minas, ocorreu crescimento da população livre e diminuição da população escrava.¹⁷ Para o período de 1833 a 1835, 66% da população era de livres e 34% de escravos. Já em 1855, 75,60% da população era de livres e 24,40% era de escravos. Em 1872, 81,84% da população era de livres e 18,16%, de escravos. Assim, o percentual da população livre de Rio Pardo em 1833 estava acima da média encontrada para a província no mesmo período. Para populações de outras localidades do norte da província, na mesma época, foram encontradas cifras correspondentes às verificadas para Rio Pardo.¹⁸

¹² No documento estão registrados 292 fogos, em decorrência de um erro de enumeração.

¹³ Clotilde Paiva apresenta uma relação de estudiosos que discutem o conceito de fogo. Cf. PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*, p. 57-58.

¹⁴ Cf. PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*, p. 58-59.

¹⁵ Aqui será utilizada a proposta de regionalização da província por níveis de desenvolvimento, elaborada por Marcelo Godoy e apresentada por Clotilde Paiva. São três os níveis de desenvolvimento regional identificados: alto, médio e baixo. Cf. PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*.

¹⁶ Entre os livres estão incluídos os libertos, o que impossibilitou uma análise particularizada da população forra.

¹⁷ Cf. PAIVA, Clotilde Andrade; BOTELHO Tarcísio Rodrigues. SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 7, p. 98.

¹⁸ Tarcísio Botelho, em outro trabalho, apresenta dados de populações livres e escravas de seis localidades do norte da província, algumas circunvizinhas de Rio Pardo. Os resultados encontrados pelo autor para 1838 e 1872 demonstram a predominância do segmento livre, com uma média de crescimento maior em relação ao segmento escravo. Cf. BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Famílias e escravarias*, p. 66-69.

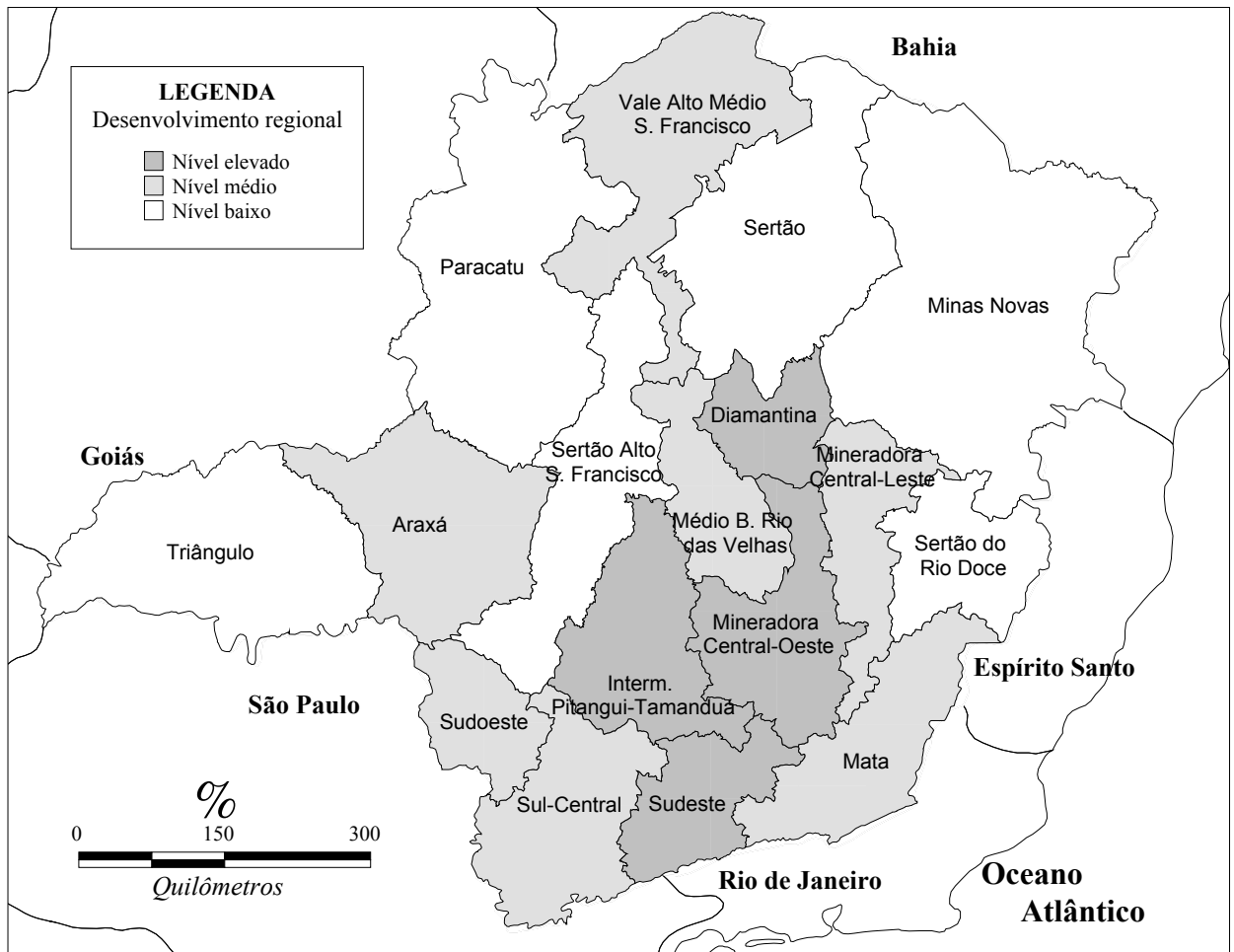


FIGURA 1 – Província de Minas Gerais, por nível de desenvolvimento

Fonte: PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*.

Nota: Esse mapa foi reelaborado por MARQUES, Cláudia Eliane. *Riqueza e escravidão*, p. 27.

TABELA 1

População, por condição e sexo – Rio Pardo (1833)

CONDIÇÃO	SEXO						
	Homem		Mulher		Total		
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	RM
Livres	3.905	40,93	3.475	36,43	7.380	77,36	1,12
Escravos	1.245	13,05	915	9,59	2.160	22,64	1,36
Total	5.150	53,98	4.390	46,02	9.540	100,00	1,17

Fonte: APM. Mapa da população do município do Rio Pardo. PP 1.10, rolo 09, cx. 22, doc. 05, 1833; PP 1.10, rolo 13, cx. 34, doc. 47, 1834.

A composição da população de Rio Pardo por condição demonstra que as atividades econômicas lá desenvolvidas eram menos dependentes do trabalho escravo se comparadas às atividades de outras localidades da província. Notadamente, o percentual de escravos sinaliza bem a demanda de uma determinada economia pela mão-de-obra compulsória. As regiões de

nível de baixo desenvolvimento não estavam ligadas a uma atividade econômica lucrativa de expressão provincial, diferentemente das regiões de nível de médio e principalmente das regiões de nível de alto desenvolvimento. É o caso, por exemplo, das regiões Metalúrgica-Mantiqueira e da Mata, onde o segmento cativo representava 36% da população no período de 1831 a 1840.¹⁹ Outro exemplo mais específico é a localidade de Catas Altas, termo de Mariana. Em 1822, 41% de escravos compunham a população do distrito.²⁰ Em termos comparativos, o segmento escravo de Catas Altas era, percentualmente, duas vezes maior que o de Rio Pardo.

As características diversas que as regiões da província apresentaram no século XIX tiveram suas origens nas formas de ocupação e de produção do século XVIII. Nas regiões de nível de alto desenvolvimento, onde se desenvolveram atividades produtivas mercantis expressivas para a província, como a extração aurífera e a agropecuária, os núcleos populacionais foram mais numerosos e de estrutura urbana mais consolidada. Isso possibilitou um desenvolvimento econômico diferenciado do das regiões menos desenvolvidas, nas quais a ocupação era incipiente. Entretanto, não foi o que ocorreu para a região de Minas Novas, que, mesmo estando inserida na categoria de nível de baixo desenvolvimento, estava entre as maiores regiões da província em termos populacionais. Lá foram desenvolvidas atividades de mineração, de extração de pedras preciosas, de lavouras de algodão e do seu beneficiamento. Seus produtos foram exportados para os mercados da Bahia e do Rio de Janeiro. No entanto, a maior parcela do lucro gerado pelas atividades era apropriada por comerciantes de outras regiões.²¹

Para além dos lucros que não eram reinvestidos na região, é preciso indagar sobre as peculiaridades da sua população e do seu território. Se para as regiões que apresentaram nível de alto desenvolvimento um dos fatores favoráveis foi a concentração populacional, por que para Minas Novas, que apresentava também um alto índice populacional, resultado do processo de ocupação ocorrido no século XVIII, esse fator não foi determinante para o seu desenvolvimento? A questão sugere pensar na relação da população com o território. Quais teriam sido as transformações promovidas pelos habitantes no território e quais as respostas dele recebidas em termos de potencialidades e de limites?

2.2 Cor e origem

Na sociedade imperial brasileira, pelo menos até meados do século XIX, a cor da pele era um atributo utilizado para classificar as pessoas.²² Brancos, pardos e pretos matizavam a sociedade. No caso de Rio Pardo, eram os pardos os mais numerosos. Os segmentos de cor branca e de cor preta apresentavam ligeiro equilíbrio nos números, somando juntos metade da população (TAB. 2). A predominância de homens e de mulheres pardos revela a constituição de uma sociedade miscigenada nesse território.

¹⁹ Essas duas regiões fazem parte da proposta de regionalização da província feita por Douglas Libby, correspondendo, aproximadamente, às regiões de nível de alto e de médio desenvolvimento. Quanto ao percentual encontrado pelo autor para a população escrava da região Jequitinhonha-Mucuri-Doce, 24%, onde se localizava Rio Pardo, ele está bem próximo do encontrado para essa localidade: 22%. O dado local, portanto, aproxima do dado mais geral para a região. Cf. LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*, p. 47.

²⁰ Cf. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alterações nas unidades produtivas mineiras*, p. 107.

²¹ Cf. PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*, p. 108-127.

²² Em Rio Pardo, por exemplo, a cor, como dado pessoal de testemunhas de audiências judiciais, foi registrada nos processos-crime da década de 1830, mas não o foi para a década de 1860. Hebe Mattos verifica que, para o Sudeste brasileiro na segunda metade do século XIX, a cor, tratando-se de um atributo de classificação, torna-se inexistente. Cf. MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio*, p. 96-97.

TABELA 2

População, por cor e sexo – Rio Pardo (1833)

COR	SEXO						
	Homem		Mulher		Total		
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	RM
Branca	1.205	23,40	1.156	26,33	2.361	24,75	1,04
Parda	2.544	49,40	2.175	49,55	4.719	49,46	1,16
Preta	1.401	27,20	1.059	24,12	2.460	25,79	1,32
Total	5.150	100,00	4.390	100,00	9.540	100,00	1,17

Fonte: TAB. 1.

A tendência à miscigenação foi bastante forte na atual região do norte mineiro. A presença de crioulos e de africanos nas atividades de mineração, a entrada de população miscigenada vinda de regiões mineradoras, o estabelecimento de pessoas da região Nordeste, possivelmente miscigenadas, e a presença de brancos e de indígenas foram fatores definidores da miscigenação que caracterizou a região. Na região norte mineira predominou a presença de pardos, resultado do perfil étnico da população que lá se estabeleceu. Já outras regiões, ao absorverem populações de perfil também diferenciado, em decorrência do contexto que foram ocupadas, apresentaram populações de composição étnica distintas. Foram os casos das regiões Sudoeste e Intermediária de Pitangui-Tamanduá, nas quais os brancos foram maioria no século XIX.²³

Quanto às razões de masculinidade dos grupos, os brancos apresentaram maior equilíbrio entre os sexos, o que sugere ter sido o grupo mais sedentário.²⁴ Já a razão de masculinidade mais elevada foi registrada no grupo dos pretos (TAB. 2). Se foi assim, os números permitem sugerir que entre os pretos as alforrias foram mais recorrentes para as mulheres, como também pode estar indicando uma entrada de homens escravos por via do comércio, indicando um movimento migratório possível de ter ocorrido mais entre os escravos pretos que entre os livres de mesma cor. Essa hipótese será fundamentada adiante no texto.

No que concerne à população livre, ela era percentualmente composta por 57,10% de pardos, 31,99% de brancos e 10,91% de pretos (TAB. 3). No segmento livre, os pardos eram também maioria e representaram mais da metade da população. Uma sociedade predominantemente miscigenada foi constituída em Rio Pardo, como também em outras regiões da província, como na região Diamantina e na Mineradora Central. No entanto, essas regiões registraram comportamento demográfico diferenciado, visto que o percentual de crioulos e de africanos foi muito mais elevado que em Rio Pardo. A intensidade da mestiçagem biológica, entretanto, não foi a mesma para toda a província. A região de Pitangui-Tamanduá, por exemplo, apresentou maior percentual de brancos entre os livres.²⁵

Os dados de Rio Pardo confirmam o acesso à condição de liberdade que os pardos usufruíam, tanto homens como mulheres. Elas já nasciam livres ou alcançavam a liberdade depois, com mais oportunidades que os pretos. A participação dos pretos no segmento, por sua

²³ Cf. PAIVA, Clotilde. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*, p. 133.

²⁴ Razão de masculinidade é uma medida demográfica, utilizada para verificar a distribuição da população segundo a variável sexo. O cálculo é feito dividindo o número de homens pelo número de mulheres.

²⁵ Cf. PAIVA, Clotilde. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*, p. 133.

vez, não foi insignificante. Como eles perfaziam quase 11% do contingente livre, é possível inferir que os pretos vivenciaram também relativa mobilidade social. Quanto aos brancos, tendo sido um terço da população livre, foram os que apresentaram maior equilíbrio entre os sexos, constituindo-se, provavelmente, o grupo mais sedentário. É interessante observar que os homens, em todos os grupos, de cor ou de condição, eram sempre mais numerosos que as mulheres. Foi entre os pardos, no caso do segmento livre, que se registrou o maior desequilíbrio.²⁶ Os dados demonstram uma possível entrada de homens, como será visto adiante, e permite inferir que eles eram pardos na sua maioria.

TABELA 3

População livre, por cor e sexo – Rio Pardo (1833)

COR	SEXO						
	Homem		Mulher		Total		
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	RM
Branca	1.205	30,86	1.156	33,27	2.361	31,99	1,04
Parda	2.278	58,33	1.936	55,71	4.214	57,10	1,17
Preta	422	10,81	383	11,02	805	10,91	1,10
Total	3.905	100,00	3.475	100,00	7.380	100,00	1,12

Fonte: TAB. 1.

Se em Rio Pardo predominaram os homens entre os livres, de forma diversa ocorreu em outras regiões da província, já que as razões de masculinidade expressavam os diferenciados movimentos migratórios vivenciados em cada região. O caso a se contrapor é o das regiões de nível de alto desenvolvimento, onde foi mais comum a predominância de mulheres entre os livres e de homens entre os escravos. Essas regiões corresponderam a uma área de ocupação antiga, vinculada às atividades de mineração e que possuía uma rede urbana mais consolidada. No século XIX, elas poderiam estar passando por um redimensionamento de suas atividades produtivas, envolvendo deslocamentos da população livre e importação de escravos. Isso significa dizer que nas regiões de nível de alto desenvolvimento estavam sendo exercidas atividades produtivas, baseadas no uso intensivo da mão-de-obra escrava, e atividades baseadas no trabalho livre, ligadas à produção de bens de consumo.²⁷

Tratando-se da população escrava rio-pardense, ela era composta pelos grupos dos pardos e dos pretos (TAB. 4). Para esse segmento, há informações sobre as subdivisões que existiam nos dois grupos, o que possibilita identificar sua origem, contrariamente ao segmento de cor branca.²⁸ Quanto aos pardos, eles compunham o grupo de miscigenados: pardos, mistos, mulatos, cabras e mestiços. Algumas das denominações encontradas poderiam estar se referindo a uma mesma identidade de grupo, como a de mulato, de pardo e de misto, referindo-se aos escravos de sangue negro e branco.

²⁶ Lembrando que entre os livres estão incluídos os libertos e que os pardos agrupam todos os miscigenados.

²⁷ Cf. PAIVA, Clotilde. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*, p. 132-133.

²⁸ Nos processos de inventário e na lista nominativa é possível verificar a composição dos grupos dos pardos e dos pretos, visto que eles foram identificados a partir das denominações que recebiam. Já no mapa de população, os habitantes foram identificados apenas pela cor. Portanto, os dados apresentados sobre esse quesito são referentes apenas aos grupos de escravos dos inventariados e dos chefes de fogos.

TABELA 4

População escrava, por cor e sexo – Rio Pardo (1833)

COR	SEXO						
	Homem		Mulher		Total		
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	RM
Parda	266	21,37	239	26,12	505	23,38	1,11
Preta	979	78,63	676	73,88	1.655	76,62	1,44
Total	1.245	100,00	915	100,00	2.160	100,00	1,36

Fonte: TAB. 2.

Não há indício na documentação sobre os escravos mistos. Considerando que na década de 1830 não foram registrados escravos mulatos, talvez a denominação de misto fosse para nomear esse grupo. Quanto aos escravos cabras, eles eram os filhos de mulatos e de negros. Já os denominados mestiços referiam-se aos escravos de sangue indígena e negro.²⁹ No grupo dos pretos, por sua vez, havia os crioulos e os africanos. Os primeiros eram de ascendência exclusivamente africana e nascidos no Brasil, como assim se identificou João, natural da freguesia de Rio Pardo, que em 1851 era escravo de Joana Rodrigues da Rocha: “crioulo, nascido no Brasil”³⁰ (TAB. 5).

TABELA 5

Escravos, por qualidade e proprietários – Rio Pardo (1833-1870)

QUALIDADE	PROPRIETÁRIOS							
	1833-1842		1840		1861-1870		1833-1870	
	Inventariados		Chefes de fogos		Inventariados		Total	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Crioulo	172	45,51	271	50,85	90	36,59	533	46,07
Misto	62	16,41	117	21,95	6	2,43	185	15,99
Pardo	53	14,02	76	14,25	50	20,34	179	15,48
Cabra	32	8,46	-	-	75	30,48	107	9,24
Mulato	-	-	-	-	8	3,25	8	0,69
Mestiço	1	0,26	2	0,38	5	2,04	8	0,69
Africano	58	15,34	67	12,57	12	4,87	137	11,84
Total	378	100	533	100	246	100	1157	100

Fonte: AFCRPM. Inventários – maços 05-10; maços 23-30 e TAB. 9.

Nota: Excluído um escravo da lista por não constar informação de qualidade. Quatro escravos crioulos, dois pardos e um africano estavam listados simultaneamente no fogo e no inventário de Manoel Antônio de Sá, sendo considerados apenas a referência da lista. O mesmo critério foi utilizado com um escravo crioulo e um pardo de Theodoro Dias Rego.

²⁹ Cf. LIBBY, Douglas; PAIVA, Clotilde. *Revista Brasileira de Estudos de População*, p. 19. Genericamente, a denominação de mestiço referia-se a todos os miscigenados. Sobre a definição de cabra e mestiço, cf. também: MORAES E SILVA, Antonio de. *Diccionario da lingua portugueza*.

³⁰ AFCRPM. Processos-crime – maço 1851. Processo-crime de 11/1/1851.

Uma vez que os escravos miscigenados eram brasileiros, entre os pretos é que havia duas origens distintas: a brasileira, que era o caso dos crioulos; e a africana, que se referia aos escravos nascidos na África. Na composição desse grupo, os crioulos eram bem mais numerosos. Dos 230 pretos das unidades doméstico-produtivas de inventariados da década de 1830, 74,78% deles eram crioulos e o restante era africano. Quanto aos 338 dos fogos da vila, a expressiva maioria, 80,18%, era também crioula. Nessa década, os escravos brasileiros, miscigenados e crioulos, listados nas unidades de inventariados representavam 84,66% do contingente, enquanto os africanos 15,34%. A composição do segmento nos fogos apresentou cifras bem próximas a essas, com 87,43% de escravos de origem brasileira (TAB. 5).

Comparando as posses de inventariados das décadas de 1830 e de 1860, a participação de africanos na população cativa diminuiu de 15,34% para 4,87%. Essa redução pode ser reflexo dos efeitos da proibição do tráfico em 1850. Enquanto a maioria dos africanos da primeira década estava com a idade entre 18 e 40 anos, na segunda, a maioria deles era mais velha, com idades que variavam entre 41 e 94 anos (TAB. 6). Isso significa que, na década de 1830, a maior parte do grupo de africanos levados para Rio Pardo havia chegado recentemente ao Brasil, indicando uma participação direta ou indireta dos senhores escravistas locais no tráfico internacional, ainda que essa participação tenha sido pequena. Quanto à década de 1860, na qual foi maior o percentual de africanos mais velhos, a entrada de escravos vindos recentemente da África foi menor ainda.

TABELA 6

Escravos africanos, por faixa etária e proprietários – Rio Pardo (1833-1870)

FAIXA	PROPRIETÁRIOS					
	1833-1842		1840		1861-1870	
	Inventariados		Chefe de fogos		Inventariados	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
18-20	2	3,57	6	9,09	-	-
21-30	12	21,42	21	31,82	3	25,00
31-40	19	33,92	14	21,22	2	16,64
41-50	8	14,29	11	16,66	3	25,00
51-60	10	17,86	10	15,15	1	8,36
61-94	5	8,94	4	6,06	3	25,00
Total	56	100,00	66	100,00	12	100,00

Fonte: TAB. 5 e 9.

Nota: Desconsiderados dois escravos listados nos inventários do período entre 1833 e 1842 e um escravo da lista sem informação de idades. Foi excluído também um escravo africano da faixa etária entre 41 e 50, arrolado no inventário de Manoel Antônio de Sá, pois ele estava registrado no fogo do inventariado.

Nas regiões menos desenvolvidas, também, o percentual de africanos que compunha a população cativa era um dos mais baixos da província, ao contrário das regiões mais dinâmicas economicamente, onde a participação de africanos era alta, chegando perto da metade do total de cativos.³¹ Em Mariana, por exemplo, os africanos representavam 36% da população escrava em 1830/1840, uma participação, portanto, duas vezes maior que em Rio Pardo.³² Certamente, as atividades econômicas desenvolvidas nas regiões de nível de baixo desenvolvimento eram menos

³¹ Cf. PAIVA, Clotilde. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*, p. 134-141.

³² Cf. ALMEIDA, Carla Maria. *Alterações nas unidades produtivas mineiras*, p. 114.

dependentes da mão-de-obra escrava via comércio internacional. Assim, em Rio Pardo e, provavelmente, no norte mineiro em geral,³³ a mão-de-obra cativa estava sendo mantida, em grande medida, pela reprodução interna. O relativo equilíbrio entre os sexos foi um dos fatores de favorecimento dessa reprodução, já que não ocorria entrada expressiva de escravos africanos.

A presença de africanos na população cativa, dentre outros fatores, contribuiu para elevar a razão de masculinidade do segmento. Na década de 1830, dos 59 africanos presentes nas posses de inventariados, 76% deles eram homens (TAB. 6).³⁴ A maior parte desse grupo, 55,34%, estava na faixa etária entre 21 e 40 anos, a faixa etária que registrou os maiores desequilíbrios entre os sexos. Mesmo não dispondo de volume maior de dados para a década de 1860, é possível sugerir que a razão de masculinidade de 1,4 do segmento escravo, encontrada para o termo na década de 1830, tendesse a diminuir, uma vez que a participação dos africanos no segmento foi reduzida, como estava demonstrado nas posses dos inventariados na década de 1860 (TAB. 5).³⁵ Entretanto, considerando que as alforrias eram mais recorrentes para as mulheres, como será demonstrado adiante, o fator de redução da entrada de escravos africanos, por si só, não iria promover maior equilíbrio entre os sexos.

As evidências de que Minas durante o século XIX possuiu elevada população escrava, cerca de 15 a 25% do segmento em âmbito nacional entre 1819 e 1872, fundamentou a tese de que o crescimento dessa população ocorreu por meio do tráfico de africanos.³⁶ Essa tese provocou intenso debate sobre os mecanismos de crescimento da população escrava de Minas oitocentista: se por meio da importação de africanos, se por meio da reprodução endógena ou se por meio de ambas as formas.³⁷ Essas hipóteses formuladas têm sido mais bem fundamentadas pelos trabalhos voltados para regiões específicas, já que a base empírica tende a ser mais sólida. Para Montes Claros, por exemplo, as evidências são de que a reprodução interna teve uma expressiva importância na manutenção e no crescimento da mão-de-obra cativa.³⁸ Já os dados encontrados para a região de Paracatu e do oeste mineiro possibilitam afirmar que coexistiram as duas formas de reposição da mão-de-obra escrava nessas áreas, ou seja, a importação e a reprodução interna.³⁹ Tratando-se das evidências constatadas para Rio Pardo, elas revelam que o perfil demográfico do segmento foi profundamente marcado pela tendência à reprodução interna, embora não seja possível desconsiderar a importação de escravos africanos como, também, fator de composição do contingente. Assim, ambas as tendências – uma mais expressiva, outra menos significativa – definiram o perfil da população escrava rio-pardense do século XIX.

Quanto à composição do segmento escravo do termo na década de 1830, ele era composto por 76,62% de pretos, consistindo os pardos na minoria (TAB. 4). Se observados os grupos de escravos de inventariados e de chefes de fogos, especificamente, o percentual de pretos caía para 60,85% e 63,42%, elevando a porcentagem de miscigenados para 39,15% e 36,58%,

³³ Como é o caso de Montes Claros, em 1832, onde a participação de africanos na população escrava não era expressiva, representando 21% dos cativos. Cf. BOTELHO, Tarcísio. *Famílias e escravarias*, p. 80.

³⁴ Dentre os 59 africanos, constam os três escravos excluídos, como demonstrado na TAB. 6.

³⁵ A razão de masculinidade de 1,4 para o termo será apresentada no item *sexo*.

³⁶ Essa tese é de autoria de Roberto Martins. Com ela ele desconstruiu outras: uma sobre a estagnação econômica mineira nesse período, ao identificar uma economia de sistema escravista voltada para o mercado interno, e outra sobre a relação direta entre o sistema escravista e a economia de exportação. Cf. MARTINS, Roberto Borges. *Growing in silence*.

³⁷ Cf. os principais autores participantes desse debate: LUNA, Francisco Vidal; CANO, Wilson. *Cadernos IFCH*; SLENES, Robert Wayne. *Cadernos IFCH*; LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*.

³⁸ Cf. BOTELHO, Tarcísio. *Famílias e escravarias*.

³⁹ Cf. PAIVA, Clotilde Andrade; LIBBY, Douglas Cole. *Revista de Estudos Econômicos*, p. 203-223.

respectivamente (TAB. 5). Diante dessa diferença de cifras, é preciso lembrar que os grupos, tratando-se do maior e dos menores, tinham composições demográficas diferenciadas. O perfil demográfico refletia na variável cor, como é o caso, e nas razões de masculinidade, que serão mencionadas. De outro lado, as informações dos processos de inventário e da lista são mais precisas, considerando que nesses documentos cada escravo foi arrolado individualmente, ao passo que no mapa de população os dados são mais gerais. Seja como for, os indicativos dos três conjuntos documentais demonstram que os escravos miscigenados constituíam menos da metade do segmento.

Mesmo não dispondo de amostra considerável de dados, as poucas informações sobre as práticas de alforria e de coartação, evidenciadas principalmente nos testamentos, demonstram aquela tendência. Dentre os escravos alforriados 76% eram miscigenados. No grupo dos coartados, a maioria era também mestiça (TAB. 7). Era a qualidade, nesse sentido, que marcava os espaços sociais, e que poderia ter favorecido ou não a desejada condição de liberto. Na sociedade rio-pardense, predominantemente mestiça, os escravos miscigenados certamente usufruíram maiores possibilidades de ascensão à liberdade que os pretos, como indicam os dados. Nas comarcas do Rio das Velhas e do Rio das Mortes, no século XVIII, foram também mais freqüentes as alforrias entre os pardos e os mulatos.⁴⁰

TABELA 7

Alforriados e coartados, por qualidade e sexo – Rio Pardo (1833-1870)								
QUALIDADE	ALFORRIADOS			COARTADOS			TOTAL	
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Abs.	%
	Abs.	Abs.	%	Abs.	Abs.	%		
Cabra	3	7	40	-	1	16,66	11	35,48
Pardo	2	4	24	2	-	33,34	8	25,82
Mulato	1	1	8	-	-	-	2	6,45
Misto	-	1	4	1	-	16,66	2	6,45
Crioulo	1	3	16	2	-	33,34	6	19,35
Africano	1	1	8	-	-	-	2	6,45
Total	8	17	100	5	1	100	31	100

Fonte: TAB. 5.

Nota: Foram excluídos seis alforriados, cinco mulheres e um homem, e quatro coartados, dois homens e duas mulheres, por não constar informação das qualidades.

Como as mulheres foram menos numerosas que os homens na população escrava de Rio Pardo, além da entrada de homens, as alforrias contribuíram para o desequilíbrio entre os sexos. Dos escravos alforriados pelos testadores e herdeiros de inventariados, 71% eram mulheres.⁴¹ Tendência inversa ocorreu com as coartações, tendo sido maior o número de homens (TAB. 7). Como a prática da alforria foi mais freqüente que a da coartação, o número de mulheres, certamente, foi maior na composição da população forra. As mulheres escravas tendiam a alcançar suas alforrias na relação com seus senhores. Ana Maria da Rocha, por exemplo, era

⁴⁰ A hipótese aqui levantada corrobora com os dados observados por Eduardo Paiva para as comarcas do Rio das Velhas e do Rio das Mortes. O autor verifica maior freqüência de alforrias entre os pardos e os mulatos. Cf. PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia*, p. 181.

⁴¹ No cálculo desse percentual estão consideradas também as mulheres para as quais não constavam as qualidades (TAB.7).

escrava de José do Nascimento e sua concubina. Da relação nasceu Joana Maria da Rocha, que era “tratada” por Nascimento como sua filha. Ele a libertara e cuidou do seu casamento com Antônio de Brandão, que era branco, oficial de justiça e já idoso. Joana da Rocha, reconhecida pelo pai, usufruiu a liberdade e contou com a presença paterna nos arranjos do seu casamento.⁴²

Quando da partilha dos bens de José do Nascimento, que foi casado e teve outros filhos, Joana da Rocha já havia falecido. Seus filhos, na condição de netos, recorreram a juízo a fim de receberem a herança a que tinham direito, a qual lhes foi concedida.⁴³ Provavelmente, Ana da Rocha deve ter sido liberta com a filha. O reconhecimento desta por parte do pai, assim como o cuidado por ele dispensado à filha foram resultados do relacionamento estabelecido entre o senhor e a escrava. Já a escrava Elena, que estabelecera uma relação com os seus senhores diferente da vivenciada por Ana da Rocha, alcançou também sua alforria. Ela foi libertada pelo herdeiro Manoel Barbosa de Atháides “em atenção” à sua idade e porque ela o “criara” “com todo amor”.⁴⁴

Já na comarca do Rio das Velhas, no século XVIII, muitas mulheres escravas alcançaram a liberdade por meio do relacionamento sexual estabelecido com seus senhores, a qual poderia ser extensiva aos filhos advindos dos relacionamentos.⁴⁵ As mulheres mineiras escravas residentes nos espaços urbanos, que atuavam no comércio ambulante,⁴⁶ tinham também oportunidades de adquirir a liberdade por meio da coartação, pagando-a com os rendimentos gerados na atividade comercial. Assim, Rio Pardo acompanhou a tendência em Minas, que, desde o século XVIII, apresentou uma população forra feminina mais numerosa que a masculina.

2.3 Sexo

Retomando a composição da população rio-pardense, agora segundo o sexo, havia um déficit populacional feminino, sendo a razão de masculinidade de 1,17. Se observadas as variáveis sexo e condição, era a população escrava que apresentava maior desequilíbrio entre os sexos, com uma razão de 1,36, enquanto a da população livre era de 1,12 (TAB. 1). Na província, em 1833, o segmento livre feminino era maior que o masculino. O oposto ocorria com o segmento escravo feminino, que era menor que o masculino.⁴⁷ Rio Pardo acompanhava a tendência demográfica da província no tocante à população feminina escrava que era menor que a masculina. O mesmo não acontecia para a população feminina livre, que era também menor em Rio Pardo, mas não o era para a província.

Tendo sido a predominância do segmento masculino livre pouco expressiva no termo – 53% de homens e 47% de mulheres –, é confirmada a tese de que as regiões menos desenvolvidas apresentavam equilíbrio entre o número de homens e o de mulheres livres, demonstrando

⁴² AFCRPM. Inventários – maço 05. Processo de inventário *post mortem* de José Mendes do Nascimento. Rio Pardo, 13/12/1835. Sobre os dados pessoais de Antônio de Brandão: AFCRPM. Processos-crime – maço 1825-1837. Processo-crime de 20/2/1834.

⁴³ AFCRPM. Inventários – maço 05. Processo de inventário *post mortem* de José Mendes do Nascimento. Rio Pardo, 13/12/1835.

⁴⁴ AFCRPM. Inventários – maço 05. Processo de inventário *post mortem* de Felipe Dias da Rocha. Rio Pardo, 19/9/1835.

⁴⁵ Cf. PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII*, p. 103-117. O autor também verifica maiores índices de alforria entre as mulheres para a comarca do Rio das Mortes. Cf. PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia*, p. 178-182.

⁴⁶ Cf. FIGUEREDO, Luciano. *O avesso da memória*.

⁴⁷ Cf. PAIVA, Clotilde Andrade; BOTELHO Tarcisio Rodrigues. SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 7, p. 103.

ausência de movimentos populacionais significativos em períodos recentes. Entre 1831 e 1832, por exemplo, 50,1% de homens e 49,9% de mulheres compunham a população livre da região de Minas Novas. Já os segmentos escravos, tanto do termo como da região, apresentaram razões de masculinidade um pouco mais elevadas. Em Rio Pardo, o percentual de homens escravos era de 57% e em Minas Novas de 55%.⁴⁸

Em regiões de nível de alto desenvolvimento, o percentual de homens do contingente escravo tendeu a ser bem mais elevado. Na região Mineradora Central Oeste, por exemplo, o percentual de mulheres era de 38%. A predominância de homens na população escrava refletia a demanda por mão-de-obra masculina. Nas regiões de razões de masculinidade mais altas, a reposição de cativos por meio do tráfico foi um recurso muito mais utilizado do que naquelas de menores desequilíbrios entre os sexos e, portanto, com condições mais favoráveis à reposição mediante reprodução endógena.

Para a razão de masculinidade do segmento escravo de Rio Pardo, informações do mapa de população, de processos de inventários *post mortem* e da lista nominativa possibilitam verificar tendências variadas. Enquanto o mapa de população de 1833 registra uma razão de masculinidade de 1,36, os processos de inventários de 1834 e 1835⁴⁹ evidenciam uma razão de 1,06, e a lista nominativa de 1840 revela desequilíbrio entre os sexos em uma razão de 1,73. É bom lembrar que o mapa e os processos cobriram o termo, enquanto a lista contém informações apenas dos habitantes da vila (TAB. 1, 8 e 9).

TABELA 8

População escrava, por faixa etária e sexo – Rio Pardo (1834/1835)

FAIXA	SEXO						
	Homem		Mulher		Total		
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	RM
0-15	29	24,17	29	24,17	58	48,34	1,00
16-30	16	13,34	15	12,5	31	25,84	1,06
31-60	17	14,16	13	10,83	30	24,99	1,31
61-70	-	-	01	0,83	01	0,83	-
Total	62	51,67	58	48,33	120	100,00	1,06

Fonte: AFCRPM. Inventários – maço 05, 1833-1837.

Nota: Excluídos quatro homens, dois constituindo-se em bens de dotes e dois alforriados, e seis mulheres, bens de dotes, todos sem informações da idade. As faixas etárias foram assim definidas seguindo o critério de exposição das faixas do mapa de população, a fim de facilitar a análise comparativa.

⁴⁸ Sobre os dados de Minas Novas, cf. PAIVA, Clotilde. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*, p. 139 e 202.

⁴⁹ Optei por dois anos para alargar o volume dos dados dos processos de inventários, sendo o período que se aproxima do ano coberto pelo mapa de população.

TABELA 9

População escrava, por faixa etária e sexo – Rio Pardo (1840)

FAIXA	SEXO						
	Homem		Mulher		Total		
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	RM
0-15	117	22,08	71	13,39	188	35,47	1,64
16-30	126	23,79	66	12,46	192	36,25	1,90
31-60	85	16,04	48	9,05	133	25,09	1,77
61-90	8	1,50	9	1,69	17	3,19	0,88
Total	336	63,41	194	36,59	530	100,00	1,73

Fonte: APM. Relação dos habitantes do distrito do Rio Pardo PP 1.10, rolo 02, cx. 04, doc. 02, 1840.

Nota: Excluídos dois homens e duas mulheres sem informação das idades.

Os indicativos dos três conjuntos demonstram uma população escrava masculina maior que a feminina, ainda que apresentando razões diferenciadas. A razão de sexo mais equilibrada do segmento foi registrada nos inventários e, em contrapartida, o maior desequilíbrio entre os sexos é evidenciado pela lista. Aparentemente, os dados podem estar indicando que entre o meio e o final da década de 1830 ocorreu redução do percentual de mulheres escravas. Mas, se observado o grupo de escravos registrado nos inventários de 1840-1842, a razão de masculinidade permanecia equilibrada: 1,01.⁵⁰

Na vila, onde foi registrada a maior razão de masculinidade, as escravas entre 16 e 30 anos, para dizer da faixa de plena atividade, representavam 12,46% do segmento, enquanto os escravos compunham um grupo quase duas vezes maior. Esse desequilíbrio confirma os dados apresentados anteriormente relativos à entrada de escravos africanos, ainda que se referissem a todo o termo. É possível sugerir também que as alforrias fossem mais recorrentes para as mulheres da vila do que dos outros distritos do termo. Os escravos listados nos fogos, porém, não residiam necessariamente na vila, uma vez que seus senhores possuíam propriedades rurais produtivas. Nos fogos da vila, portanto, estavam concentrados mais escravos homens, ao passo que nas unidades doméstico-produtivas de todo o termo se encontrava uma população escrava bem mais equilibrada segundo a variável sexo.

Se confrontadas as razões de masculinidade do segmento indicadas apenas nos inventários e no mapa de população, lembrando que os dois conjuntos de dados se referem ao mesmo período e ao mesmo espaço territorial, a razão registrada no mapa é mais elevada. Para entender a diferença entre as razões, pode-se considerar que a maioria dos inventariados, ao falecer, deixava um patrimônio constituído ao longo da vida, composto de bens escravos, dentre outros. Dada a presença de crianças nas posses, certamente o crescimento endógeno da população cativa nas unidades dos proprietários foi viabilizado ao longo do tempo. Ao contrário, entre os proprietários arrolados no mapa de população, foram incluídos os jovens proprietários, que poderiam ter sido donos de pequenas posses, predominando, assim, homens escravos adultos. Daí o desequilíbrio entre os sexos mais elevado, registrado no mapa de população.

Na vila, também, poderia já estar ocorrendo, desde 1833, desequilíbrio entre o número de homens e o de mulheres escravos encontrado em 1840, contribuindo, assim, para elevar a razão de masculinidade do termo. De todo modo, os diferentes dados demonstram que no segmento escravo os homens foram mais numerosos que as mulheres. Somados os três conjuntos, a razão

⁵⁰ A razão de masculinidade foi calculada entre o número de 99 homens e o de 98 mulheres.

de masculinidade encontrada é de 1,40. E foram os dados do mapa os que mais se aproximaram da razão de masculinidade geral encontrada para o termo. Como em Rio Pardo a demanda por mão-de-obra escrava foi menor em relação às regiões de economias mais dinâmicas, as alforrias e as coações para as mulheres foram em proporções menores. Isso confirma a tendência local de uma população livre feminina menor, tendência inversa à provincial, como já mencionado.

2.4 Idade

No que se refere à distribuição etária da população por condição, o segmento livre estava concentrado na faixa de 0-15, somando 46,97%. Já a faixa de 15-30, que comportava a população trabalhadora em plena atividade, apresentava o segundo maior percentual, 30,95%. Os indivíduos entre 30 e 60 anos somavam 18,35%, e os de mais de 60, anos 3,73% (TAB. 10). Desse modo, a distribuição etária do contingente livre ocorreu de forma bastante heterogênea. Quase a metade da população com idade declarada no mapa constituía-se de crianças e jovens trabalhadores com idade até 15 anos. Os indivíduos, dos mais jovens aos mais velhos, entre 15 e 60 anos, representavam 49,30% da população total. Isso quer dizer que uma faixa com um intervalo de 15 anos e outra com um de 45 apresentaram percentuais aproximados. Já a população idosa de indivíduos acima de 60 anos revelou-se pequena.

TABELA 10

População, por faixa etária, condição e sexo – Rio Pardo (1833)

FAIXA	CONDIÇÃO										TOTAL
	Livres					Escravos					
	Homem (1)		Mulher(2)		½	Homem(3)		Mulher(4)		3/4	
	Abs.	%	Abs.	%	RM	Abs.	%	Abs.	%	RM	
0-15	1.869	25,32	1.598	21,65	1,16	434	20,09	373	17,27	1,16	4.274
15-30	1.158	15,69	1.126	15,26	1,02	484	22,40	358	16,57	1,35	3.126
30-60	727	9,86	626	8,49	1,16	289	13,38	168	7,78	1,72	1.810
60 ou +	151	2,04	125	1,69	1,20	38	1,77	16	0,74	2,37	330
Total	3.905	52,91	3.475	47,09	1,12	1.245	57,64	915	42,36	1,36	9.540

Fonte: TAB. 1.

A estrutura etária do segmento livre de Rio Pardo assemelhava-se às estruturas das regiões de seu grupo, classificada de nível de baixo desenvolvimento. Nelas, o percentual de crianças menores de 14 anos estava entre os mais altos da província. Assim, a população livre local, em sintonia com as dessas regiões, apresentou-se mais jovem do que as demais de Minas.⁵¹ Embora o segmento da população masculina livre fosse maior em todas as faixas etárias, é na faixa entre 15 e 30 que residia o maior equilíbrio na razão de masculinidade. Como era a faixa de idade mais propícia à reprodução, é possível sugerir que os índices de fecundidade tenham sido elevados para períodos posteriores, embora não fosse apenas o equilíbrio entre o número de homens e de mulheres o único fator determinante nesses índices. Já entre os idosos acima de 60 anos, o desequilíbrio entre o número de homens e o de mulheres foi mais acentuado.

⁵¹ Clotilde Paiva verifica o mesmo comportamento demográfico para as regiões menos desenvolvidas da província. Cf. PAIVA, Clotilde. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*, p. 143.

Essas evidências relativas à estrutura etária da população livre indicam que o termo, mesmo inserido em uma região pouco dinâmica economicamente, comportou seu contingente populacional nos seus limites espaciais, uma vez que não há indícios de ter ocorrido, por exemplo, emigração de homens. Parece ter ocorrido um movimento migratório contrário, ou seja, a entrada de homens nesse segmento.

Partindo da observação de um grupo específico desse segmento – as pessoas que testemunharam em audiências judiciais na década de 1830 –, verifica-se que 73,72% dos depoentes eram naturais do termo.⁵² Os demais eram oriundos de outras regiões de Minas, da Bahia e de Portugal (TAB. 11). Esse grupo era composto majoritariamente por homens, e todos os que informaram ser de fora do termo eram homens também.⁵³ O termo, portanto, preservou seu contingente populacional e recebeu homens. Esse movimento migratório auxilia a compreender a ligeira predominância de homens na faixa etária entre 30 e 60 e acima de 60 anos, confirmando a tendência de que os homens adultos eram os mais propensos a se deslocar de um lugar para outro. Por constituir-se em uma área de fronteira entre as províncias de Minas e da Bahia, o termo de Rio Pardo absorveu uma pequena parte do fluxo migratório existente, ainda que inserido em uma região de nível de baixo desenvolvimento. Assim, a predominância masculina na população livre, para além da absorção desse fluxo, sugere que os homens de lá se encontravam enraizados no território, cultivando a terra, cuidando de criações e ocupando-se com atividades artesanais. Eles não se aventuravam em outras regiões em busca de vida melhor.

TABELA 11

Origem de testemunhas nas audiências judiciais – Rio Pardo (1833-1842)

ORIGEM	TESTEMUNHAS	
	Abs.	%
Rio Pardo	87	73,72
Minas Novas	11	9,33
Sabará	6	5,08
Diamantina	3	2,54
Ouro Preto	2	1,69
Montes Claros	1	0,85
Araçuaí	1	0,85
Paracatu	1	0,85
Bahia	5	4,24
Portugal	1	0,85
Total	118	100,00

Fonte: AFCRPM. Processos-crime – maço 1825-1837 e maço 1838-1842.

Nota: Excluídos 27 sem informação de origem.

No que concerne à população escrava, a distribuição etária estava mais equilibrada se comparada à livre. O maior número de escravos estava entre 15 e 30 anos, representando 38,97%. Em seguida, a faixa entre 0 e 15, com 37,36%, também bastante jovem. Já para o grupo entre 30

⁵² As informações sobre esse grupo são fornecidas pelos processos-crime do período. Quando ia depor, a testemunha informava seus dados pessoais, que eram registrados pelo escrivão. Mais dois outros grupos são retratados nesses documentos: o dos réus e o dos ofendidos. Optei por tratar do grupo das testemunhas por ter sido o maior e porque as informações sobre ele são mais completas.

⁵³ AFCRPM. Processos-Crime – maço 1825-1837 e maço 1838-1842.

e 60 anos, foi registrado um número menor de escravos em relação aos dois primeiros: 21,16%. Quanto ao grupo de escravos idosos, este destoou dos demais, com 2,51% (TAB. 10).

Os dados da estrutura etária de um grupo específico desse segmento – os escravos das unidades doméstico-produtivas de inventariados – indicam que sua distribuição diverge das informações acima, mais gerais para o termo. A diferença maior residiu na faixa entre 0 e 15 anos, que comportou o maior grupo de escravos, 48,34%, evidenciando a expressiva presença de crianças nas posses. O grupo da faixa seguinte, 16-30, representou 25,84% (TAB. 8), enquanto no termo o mesmo grupo de idade correspondeu a 38,97% (TAB. 10). Diferentemente desse grupo, o de escravos dos fogos do distrito de Rio Pardo teve sua distribuição etária semelhante à encontrada para o termo: as duas primeiras faixas foram ligeiramente inferiores e a terceira foi superior em relação às cifras do termo (TAB. 9 e 10). Os indicativos reafirmam a hipótese já mencionada de que as unidades de inventariados apresentaram condições mais favoráveis ao crescimento interno da população cativa. Os períodos subsequentes poderiam ter continuado com altos percentuais de crianças, considerando que a razão de masculinidade de 1,06 para a faixa de 16-30 foi um dos fatores que contribuíram para as taxas altas de fecundidade (TAB. 8).

Tratando-se da população do termo, o desequilíbrio entre os sexos, favorável aos homens, foi mais agudo no segmento escravo. A desproporção foi menor entre 0 e 15 anos. A primeira faixa e as duas seguintes, 15-30 e 30-60, apresentaram razões maiores, principalmente a de 30-60. No entanto, foi a última faixa, acima de 60 anos, que registrou a razão de masculinidade mais desequilibrada tanto para a população escrava como para a livre (TAB. 10).⁵⁴ Quanto ao grupo de escravos de inventariados, como sua razão de masculinidade demonstrou bem mais equilibrada, a tendência foi a de ocorrer também razões mais equilibradas entre as faixas (TAB. 8). No entanto, se consideradas as três primeiras faixas, é na de 30-60 que foi registrado o desequilíbrio mais elevado. Isso tanto para esse grupo pertencente aos inventariados quanto para o grupo de escravos do termo em geral. Em contrapartida, entre os escravos arrolados nos fogos da vila – lembrando que foi esse grupo que comportou o maior número de homens com uma razão de 1,73 –, a faixa de idade com maior desequilíbrio foi a de 16-30, seguida da de 31-60 (TAB. 9). As evidências dos três grupos revelam um número menor de mulheres escravas entre as idades de 31 e 60 anos.

O desequilíbrio a favor dos homens reitera as indicações já feitas de que foram as mulheres que tiveram maiores oportunidades de alforrias e que, também, homens africanos escravos migraram para a região, principalmente nessa faixa etária. Entretanto, distante dos mercados fornecedores de escravos e desenvolvendo atividades econômicas que não estavam alicerçadas no trabalho compulsório, Rio Pardo teve uma participação pequena no comércio de escravos, seja no regional ou no internacional. De todo modo, o certo é que a expressiva presença de crianças⁵⁵ e o relativo equilíbrio do número de homens e de mulheres em idades reprodutivas são elementos indicadores de que a mão-de-obra escrava rio-pardense foi mantida, em grande medida, por meio da reprodução interna, como já foi demonstrado para Minas do Oitocentos em vários estudos historiográficos.⁵⁶

⁵⁴ Aqui não estou comparando as faixas etárias entre si, pois cada uma tem seu histórico em períodos anteriores. A intenção é apenas verificar como a população se apresentava no dado período.

⁵⁵ Clotilde Paiva observa que as regiões menos desenvolvidas apresentaram as mais elevadas proporções de crianças escravas para a província. As evidências encontradas para Rio Pardo reafirmam, portanto, essa tese de caráter mais geral. Cf. PAIVA, Clotilde. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*, p. 143.

⁵⁶ Cf. dentre outros: LUNA, Francisco; CANO, Wilson. *Cadernos IFCH*; LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*; BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Famílias e escravarias*; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alterações nas unidades produtivas mineiras*; PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*.

As considerações aqui feitas sobre a população rio-pardense no século XIX possibilitam verificar as possíveis tendências demográficas ocorridas no termo, bem como confirmar teses de caráter mais geral no âmbito local. Determinadas tendências se verificam em tempos mais antigos, indicando a permanência de comportamentos demográficos. Outras se apresentam como singulares, isto é, próprias daquela população, e, assim, diferenças, semelhanças e permanências são visualizadas.

A população de Rio Pardo era predominantemente miscigenada e composta de três grupos, conforme a condição social: livres, libertos e escravos. A tendência à miscigenação, que se verifica para a região do norte mineiro, resultou do processo de ocupação ocorrido na capitania no século XVIII. Outras regiões apresentaram essa tendência, mas isso não foi a regra. Algumas tiveram populações de composição étnica diferenciada, com destaque para o segmento de cor branca, por exemplo. O predomínio do segmento livre na população rio-pardense é uma tendência observada também para a população da província ao longo do século XIX. Em específico, quando analisada a composição da população por condição nas diferentes regiões mineiras, é confirmada a tese de que regiões de nível de baixo desenvolvimento eram menos dependentes do trabalho escravo, pois não estavam ligadas a atividades econômicas de expressão provincial.

A documentação analisada revela um comportamento demográfico distinto entre livres, incluídos os libertos, e escravos. Tratando-se dos livres, eles eram predominantemente mestiços, havendo também brancos e pretos. A razão de masculinidade do segmento apresentou-se relativamente equilibrada, revelando o caráter sedentário de uma população que não se aventurou por outras regiões em busca de melhores condições de vida. Ao contrário, tratando-se de uma região de fronteira, a tendência foi os homens se instalarem no termo, o que resultou no predomínio do elemento masculino na população livre. Nem mesmo o fato de terem existido mais alforrias entre mulheres contribuiu para alterar o quadro demográfico da população livre, como ocorria em outras regiões.

No que se refere à população escrava, o desequilíbrio em favor dos homens foi mais expressivo, traço causado pelo maior número de alforrias entre as mulheres, cuja tendência vinha do século XVIII. A presença majoritária de homens entre os africanos contribuiu também para elevar a razão de masculinidade no segmento. Mesmo assim, não havia muitos africanos na região, o que indica uma pequena inserção dos proprietários no comércio internacional de escravos. Quanto aos mestiços, eles não chegaram a somar um terço do segmento e eram os que mais usufruíam as possibilidades de alforria, mantendo-se, então, uma tendência que marcou a sociedade mineira no século anterior. Já o elevado percentual de crianças escravas indica que a reprodução interna foi o grande fator de manutenção da mão-de-obra cativa rio-pardense, em particular, e do norte mineiro, em geral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alterações nas Unidades Produtivas Mineiras: Mariana – 1750-1850*. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1994.
- BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Famílias e escravarias: demografia e família escrava no Norte de Minas Gerais no século XIX*. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

- CHAVES, Edneila Rodrigues. *O sertão de Rio Pardo: sociedade, cultura material e justiça nas Minas oitocentistas*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.
- DUARTE, Regina Horta. *Noites Circenses*. Espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX. Campinas: UNICAMP, 1995.
- FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LIBBY, Douglas; PAIVA, Clotilde Andrade. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José D’el Rey em 1795. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v. 17, n. 1/2, 2000.
- LUNA, Francisco e CANO, Wilson. Economia escravista em Minas Gerais. *Cadernos IFCH*, Campinas, n. 10, 1983.
- MARTINS, Maria do Carmo Salazar. Fontes para o estudo da Província de Minas Gerais. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues (et al). *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia: ANPUH-MG, 2001.
- MARTINS, Roberto Borges. *Growing in silence: the slave economy of nineteenth century Minas Gerais, Brazil*. 1980. Tese (Ph.D) – Vanderbilt University, 1980.
- MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- MORAES E SILVA, Antonio de. *Diccionario da lingua portugueza*. Lisboa: Typographia Lacérdina, 1813.
- PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. 1996. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- PAIVA, Clotilde Andrade; BOTELHO Tarcísio Rodrigues. População e Espaço no Século XIX Mineiro: Algumas evidências de Dinâmicas Diferenciadas. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 7, 1995, Diamantina. *Anais...* Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1995, v. 1.
- PAIVA, Clotilde Andrade; LIBBY, Douglas. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. *Revista de Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 25, n. 2, 1995.
- PAIVA, Clotilde; CARVALHO, José; LEITE, Valéria. Demografia. In: *Estatísticas históricas do Brasil: series econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.
- PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.
- SLENES, Robert. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. *Cadernos IFCH-Unicamp*, Campinas, n. 17, 1985.